



# O papel da introdução da monocultura da cana em face dos aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos - Microrregião de Ceres

Marina Teodoro<sup>1</sup>  
Maria Gonçalves da Silva Barbalho<sup>2</sup>

## **ABSTRACT (OU RESUMO, OU RESUMEN):**

O presente trabalho tem como objetivo seguir as redes constituídas pela introdução da cana de açúcar, analisando as conseqüentes transformações sociais, ambientais, culturais e econômicas na microrregião de Ceres. A cidade de Ceres nasceu como Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), com a finalidade de promover a Reforma Agrária através de distribuição de terras, que possibilitassem a expansão de fronteiras agrícolas, a fixação do homem no campo e a produção de gêneros alimentícios. Inicialmente teve um sucesso considerável, com grande produção agrícola e exportações para grandes centros. A falta de planejamento e de financiamento para a continuidade da produção fez com que a agricultura familiar fosse gradualmente substituída pelos grandes latifúndios, mudando toda a dinâmica econômica da cidade e região. A partir disso, pretende-se compreender o processo de transformação econômica, social, cultural e ambiental ocorridas na cidade de Ceres e região, desde a implementação da CANG até a introdução da monocultura da cana. Para tanto, nos utilizaremos da pesquisa qualitativa exploratória, com levantamento bibliográfico e análise de antecedentes, envolvendo os veículos de mídia locais, como jornais, revistas e relatórios. Por fim, informações acerca do desenvolvimento social, geográfico e econômico serão obtidas a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Compreende-se todos esses fatores como uma intrincada rede onde todos se ligam um ao outro e tem uma relação de interdependência. Dessa maneira, espera-se o entendimento pleno do papel desses fatores na rede, de modo à minimização da subjetividade do conceito de “impacto” na cidade de Ceres e região.

**Keywords (ou Palavras-Chave, ou Palabras Clave):** CANG; monocultura cana; Ceres;

---

<sup>1</sup>Mestranda Programa De Pós-Graduação Mestrado Em Sociedade, Tecnologia E Meio Ambiente. UniEvangélica. Brasil. E-mail: marinastj@gmail.com.

<sup>2</sup>Docente do Programa De Pós-Graduação Mestrado Em Sociedade, Tecnologia E Meio Ambiente. UniEvangélica. Brasil. E-mail: mariabarbalho2505@gmail.com.

Criada na década de 1940, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) fazia parte de uma política de expansão econômica conhecida como “Marcha para o Oeste”, capitaneada pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. Acrescenta-se a isso a transferência da capital do Estado de Goiás, de Goiás Velho para Goiânia, e tem-se uma região que passa por transformações estruturais. Isto muito influenciou a configuração territorial da região central de Goiás, denominada, naquele período, de Mato Grosso Goiano (CASTILHO, 2012). Segundo Dayrell (*apud* CASTILHO, 2012, p. 117), as Colônias Agrícolas Nacionais eram a solução de um problema brasileiro premente: o restabelecimento da mão-de-obra destituída após o declínio da cafeicultura e a fixação de famílias pobres, aptas à agricultura. De acordo com Castilho (2012, p. 117):

O Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que estabeleceu a criação das Colônias Nacionais, exigia desbravamento; ocupação do espaço geográfico; organização e emancipação. Também traçou regiões ideais (com condições de solo e aeração); estabeleceu o tamanho dos lotes a serem distribuídos (entre 20 e 50 hectares – devendo preservar 25% da vegetação original); exigiu a fundação de uma sede, instituições de ensino agrícola primário, instalações de indústrias de beneficiamento agrícola e cooperativas de produção para venda e consumo dos produtos. A construção de residências também constava no decreto, assim como sua distribuição, que deveria privilegiar famílias com muitos filhos (mínimo de 5). Conforme Dayrell (1974), os lotes e casas seriam gratuitos, assim como o material agrário básico e as sementes para plantio. Havia prazos de utilização agrícola, onde o cumprimento das exigências de produção e de estadia na Colônia garantia a propriedade do lote. Outros serviços também estavam previstos no decreto, como transporte, empréstimo de máquinas, de instrumentos agrícolas e de animais, isenção de impostos, assistência médica, farmacêutica e de enfermagem. Tais serviços seriam garantidos até a emancipação da Colônia.

Nota-se a preocupação de ocupação e a criação de uma rede estruturada de serviços que permitisse o desenvolvimento inicial da Colônia e sua posterior emancipação. Apresenta-se, desta forma, o plano básico para a construção e uma cidade que pudesse, no futuro, ter autonomia. Nota-se ainda a preferência dada às famílias numerosas, numa clara visão de priorização da mão de obra que pudesse tornar aquelas terras pouco povoadas produtivas.

A estrutura de poder montada no Brasil impediu o desenvolvimento das pequenas propriedades familiares. Desde a época em que o país era colônia de Portugal, a produção era baseada no regime de colonato, isso é, o colono ou meeiro era incumbido de cultivar determinada área e entregar parte da produção ao proprietário, conservando parte para o seu consumo próprio. Romper esse modelo não era tarefa fácil. Apesar de terem contribuído com a produção agrícola da CANG, até certo momento – dando a essa área destaque na agricultura do Mato Grosso Goiano –, as pequenas propriedades logo foram desarticuladas em benefício das grandes propriedades produtivas. Na década de 1960 ficou evidente que o projeto de reforma agrária, e de fomento da agricultura familiar da CANG havia fracassado. Além da acelerada devastação das matas e “desgaste” dos solos, a falta de distribuição de créditos e a entrada do capital mercantil alterou aquele intento.

Criou-se assim uma estrutura favorável ao surgimento da monocultura da cana que, tornou-se opção para os produtores da região. Tomando Ceres como referência, iremos encontrar, em um raio de 50 quilômetros, a existência de 5 usinas de álcool. Percebe-se a grande quantidade de terras necessárias para esses empreendimentos se viabilizarem, bem como de recursos hídricos. A vinhaça, subproduto da cana, é rica em nitrogênio, composto químico que, em excesso na água dos rios e lagos, pode favorecer o surgimento e crescimento de algas. Além disso, estima-se que são necessários 1,4 mil litros de água para se produzir 1 litro de álcool a partir da cana-de-açúcar. Isso sem mencionar a queima da cana durante o processo de colheita, que libera grande quantidade de fuligem, ocasionando a poluição de solo, cursos de água e ar, causando problemas de saúde pública (RIBEIRO, 2008). A par de todas essas questões, há ainda questões socioeconômicas ligadas a produção do álcool, já que as cidades sofrem um fluxo migratório para o qual não estavam preparadas.

**Figure (ou Figura) 01.** Título da Figura



CHROME PET / CHENNAI, Tamilnadu. Disponível em: < <https://koovalapuram.blogspot.com.br/2014/01/?m=0> >. Acesso em 25/06/2017.

A ocupação do território goiano se deu caracterizado por marchas. Esse pensamento é compartilhado por SILVA (2002, p.1), quando observa que “A região foi desbravada e ocupada por avanços demográficos ao longo da sua história”. Desde a época dos bandeirantes vindo de São Paulo até o surgimento da CANG temos esse processo ora espontâneo, ora incentivado pelo Estado, através de estímulos oficiais, como foi a doação de terras e o fomento à produção.

Observa-se que as transformações do território goiano desde a década de 1930 culminaram com a implantação de projetos como a CANG, dando origem a Ceres e Rialma e fomentou o surgimento e desenvolvimento de uma série de outros centros urbanos próximos, que hoje constituem a região do Vale do Rio São Patrício. A proximidade com centros populacionais dinâmicos e em constante crescimento como Anápolis, Brasília e Goiânia significou facilidade de escoamento da

produção e proximidade com mercados consumidores – induzindo um aumento na produção agrícola –, mas também forjou uma “(re)funcionalização do núcleo urbano, especialmente a partir da década de 1970” CASTILHO (2012, p. 117).

O professor Sandro Dutra da Silva descreve a colônia como sendo inicialmente uma nova fronteira agrícola para o país, parte do discurso oficial de “marcha para o oeste”. Também veremos com ele o entendimento de duas concepções, como segue:

A análise do tipo de ocupação ocorrida nas Matas do São Patrício, por meio da colonização oficial proposta pela Marcha para o Oeste, pode enquadrar-se nas abordagens de expansão nas fronteiras, pois essa compreensão como ocupação demográfica e econômica do espaço é o ponto de partida para a abordagem da ocupação social do espaço, entendida também como uma nova concepção de fronteira. Para tanto, tornam-se necessárias as definições sobre duas concepções teóricas distintas sobre o espaço. A primeira concepção trabalha na perspectiva do espaço enquanto local de ocupação populacional e a sua relação com os interesses econômicos, geradores de conflitos pela posse e pelo domínio da terra. A outra concepção trata da situação de confronto no espaço ocupado pela imposição de uma visão de mundo distinta, ligada ao poder simbólico, constituinte de representações e identidade em uma determinada região.

Temos aqui um importante ponto a ser evidenciado em nosso trabalho que é justamente a compreensão da noção de espaço para efeitos de estudo. Como zona de conflito, a primeira concepção apontada por Silva apresenta o espaço também como zona de fronteira, onde os conflitos estariam ligados à posse e à propriedade da terra, em que as mudanças se processam pelo avanço da força econômica. A segunda definição, por outro lado, enxerga os conflitos da ocupação como lutas simbólicas, regidas pelos elementos culturais de integração, solidariedade e construção de uma identidade social. Dentro desta perspectiva o espaço não desconsidera o lugar, porque é aí que se marca a existência do regional, mas “relaciona o meio físico ao mundo social imaginado, vivido e transformado pelas pessoas e pelos grupos sociais”.

Essa segunda abordagem tem se mostrado a mais adequada pois considera o espaço físico em toda a sua complexidade, não só de posse e propriedade, mas das relações subjetivas que lhe fazem ser o que é hoje. Para tanto faz-se necessário ter toda uma compreensão histórica e o entendimento do espaço geográfico como sendo um local também de encontro que leva a outros arranjos populacionais com interferências em todos os setores do cotidiano regional.

Basta dizermos, de início, que a ocupação do espaço da região se deu fruto de um processo migratório de pessoas oriundas das mais diversas regiões. Os migrantes que vieram para a CANG em grande quantidade eram provenientes do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (especialmente Gaúchos) e de outros países (20%) (DAYRELL, 1974). Fácil de se perceber que havia toda uma diferença sociocultural que desaguardaria fatalmente em conflitos e dificuldades a constituírem desafio para essas populações.

O papel da introdução da monocultura da cana em face dos aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos - Microrregião de Ceres  
Marina Teodoro; Maria Gonçalves da Silva Barbalho

Por outro lado, Castilho nos informa que a cidade de Ceres e região foi importante fronteira agrícola, chegando a ser responsável por 38% da produção agrícola do Estado de Goiás. Ele nos dá a noção do que ocorreu na região:

Diante do domínio do capital mercantil e da valorização das terras, ocorreram vários conflitos entre posseiros, colonos, grileiros e fazendeiros. No caso específico dos colonos, muitos deixaram suas condições de proprietários e migraram para cidades da região, em especial para Anápolis, Goiânia e, mais tarde, Brasília. A pequena propriedade, desde então, passou por uma forte desarticulação cedendo lugar às grandes fazendas que já existiam nas proximidades.

A estrutura montada em Ceres para atender a colônia, foi beneficiada pela proximidade com outras cidades, como Rialma, Carmo do Rio Verde, Uruana, Nova Glória, Rianápolis, etc. No final da década de 1960, Ceres já era importante entroncamento rodoviário e, com uma posição privilegiada, se estabelecia como importante centro regional na área de saúde e nas funções comercial e industrial por possuir beneficiadoras de produtos agrícolas. A localização da cidade próxima à rodovia Belém-Brasília e a outras rodovias que serviam a região, permitiu que novas dinâmicas fossem desenvolvidas em Ceres. Nesse contexto, Castilho (2012) destaca a transformação no processo de ocupação da região: o modo de lidar com a terra e as relações de trabalho foram alterados e a passagem do sistema de troca simples para o sistema de troca acumulada foi acelerada. Na realidade surge da própria colônia as novas atividades econômicas que impulsionariam o desenvolvimento da cidade, notadamente no setor de saúde e educação. A esse respeito nos elucidamos Cardoso (2005):

A história das organizações de saúde em Ceres se inicia com o médico cearense Jair Dinoah de Araújo, convidado a ir para Goiás trabalhar no Hospital Evangélico Goiano em Anápolis. O Hospital Evangélico Goiano era dirigido pelo médico James Fanstone, que era amigo de Bernardo Sayão, administrador da CANG. Devido a uma epidemia na CANG, Bernardo Sayão procurou Dr. Fanstone em Anápolis para ajudá-lo a identificar a doença e tratá-la. Dr. Fanstone enviou, então, Dr. Jair Dinoah de Araújo a CANG. Ele identificou a epidemia como sendo malária e febre amarela. Isto ocorreu em 1945 e neste mesmo ano Dr. Jair se muda definitivamente para a CANG, acompanhado de três enfermeiras do Hospital Evangélico Goiano.

Assistimos, desta forma, a transformação e adaptação da região que foi ocupada com pensamento essencialmente agropecuário, com pretensões reais de ser celeiro fornecedor de gêneros alimentícios para os grandes centros regionais próximos, se transformar em uma região marcadamente ligada aos setores de prestação de serviços e sucroalcooleiro. Essa modificação na economia e na utilização do espaço físico veio com transformações de todas as naturezas.

A atuação dos indivíduos no mundo social proporciona toda essa mudança, que não pode ser entendida a não ser que o seja de forma una. Não há como se compreender toda essa transformação regional se não for com um olhar interdisciplinar levando-se em consideração todos os aspectos do cotidiano regional. Sobre a necessidade desse novo olhar, Silva (2002, p. 15) diz que:

Nesse sentido, é que se apresenta um outro olhar sociológico sobre o lugar, emergente de uma nova concepção que ultrapassa as abordagens da objetividade, que vai além das temporalidades da fronteira e que explique a diversidade regional, considerando a relação humana e física,

O papel da introdução da monocultura da cana em face dos aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos - Microrregião de Ceres  
Marina Teodoro; Maria Gonçalves da Silva Barbalho

também nas categorias do simbólico e da representação. Um novo olhar sobre o lugar parte da construção da região como um espaço imaginado, vivido e transformado, que constrói não apenas a paisagem, mas também a identidade de um povo, baseada na visão que tem de si mesma, do lugar em que se encontra e do mundo que a cerca.

Desta forma a proposta é a de se analisar todo esse processo de transformação lançando-se sobre ele um olhar diferente, mais amplo e que leve em consideração todas as interconexões que existem entre os diversos agentes a serem analisados. Aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos são entendidos como uma rede que se liga de forma que um interfere e influencia o outro e são compreendidos como um todo que se interpenetra e interdepende.

O nosso pensamento deve buscar entender o mundo como uma complexa rede que interliga todas as pessoas, instituições, empresas, etc. de modo que todos têm uma ligação direta ou indireta com o outro. Dentro dessa perspectiva estamos “constantemente fornecendo e recebendo informações ao longo da linha que constitui os milhões de redes que formam nosso ‘mundo’” (Haraway, 2009).

Não poderemos, desta forma, querer a compreensão mais adequada de todo o processo se analisarmos apenas um dos fatores isoladamente. Esse novo olhar sobre o processo de desenvolvimento da região vale do São Patrício nos permitirá compreensão do que ocorreu na região para que a cultura da cana-de-açúcar se sobressaísse sobre as demais. Tal abordagem mais ampla interliga simultaneamente todos os aspectos envolvidos na evolução de Ceres e região, corroborando a ideia de “rede”, semelhante à organização em um cérebro, corpo ou cidade (LATOUR 2013, p. 30). Temos assim o desenvolvimento da cidade e região e o próprio desenvolvimento da atividade industrial das usinas de álcool, compreendidas como uma complexa e intrincada rede que une invisivelmente todos os atores envolvidos.

De acordo com Paulillo (2000), o surgimento de oportunidades para um setor ou cadeia é consequência principalmente das relações de poder que ocorrem nestes entornos econômicos. Nestas relações estão atores econômicos e políticos, como o Estado e suas agências, associações e grupos de representação de interesses, agentes parlamentares, organizações não-governamentais etc. O objetivo que move cada um dos atores envolvidos no processo é o de elevar seus recursos de poder no interior de cada entorno. Podem então se valer de certas estratégias, como o alcance de status público para influenciar e efetivar políticas, de poder aglutinar interesses de muitos atores, modificar regras e normas ou compartilhar informações, possuem igual ou maior significado que as estratégias de minimizar os custos de produção e de transação.

## **CONCLUSÕES**

Estudar as transformações dessa atividade econômica nos possibilita a compreensão dos consequentes efeitos sociais, geográficos, ambientais e financeiros para a região de estudo. Em relação

ao impacto ambiental, o mesmo pode ser definido, conforme resolução nº 001 de 1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam; a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Para Sanchez (2008), um impacto significativo pode ser definido como sinônimo de expressivo ou consideravelmente grande. Entretanto, ainda que esse conceito pareça simples, a quantificação do impacto varia por se tratar de termo subjetivo, uma vez que a importância atribuída pelas pessoas às mudanças ocorridas no meio ambiente ou impactos ambientais depende do nível de conhecimento do assunto, valores e conceitos de cada um. Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica local contribuirá para a formação intelectual do público alvo, minimizando a subjetividade na quantificação do impacto oriundo da inserção da monocultura de cana no espaço geográfico analisado.

É importante se estabelecer o grau de significância de acordo com a probabilidade de ocorrência de determinada consequência, visando a intensidade e severidade de cada um dos aspectos ou impacto ambiental (BARBIERI, 2007). Assim, pode-se investigar não só um ou outro aspecto das transformações materiais da microrregião de Ceres, mas como essas mudanças ocorreram de forma simultânea ou em derivação de outra.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 13 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- BARBIERI, J.C. Sistemas de Gestão Ambiental. In: BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental Empresarial – Conceitos, Modelos e Instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2007. cap 5. p. 153-208.
- BERTRAN, P. **Uma Introdução à História econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.
- BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental**. Ministério do Meio Ambiente. 1986.
- \_\_\_\_\_. **Censo demográfico: 2007**. Brasília: IBGE, 2010.
- CAMPOS, F. I. **Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)**. Tese de Doutorado (Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo). São Paulo, 1985.
- CARDOSO, F. M. C. B. **Cluster de Saúde de Ceres (GO): Um Resgate do seu Processo de Formação e Expansão**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Católica de Minas Gerais). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

CARDOSO, F. M. C. & VALVERDE. **Estudo dos efeitos da municipalização da saúde sobre a área de abrangência de atendimento do cluster de saúde no município de Ceres-GO.** In: Revista FACER. V.5, n.1 (fev)2007. Rubiataba, 2007. p. 11-24.

CASTILHO, D. **A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO – Brasil.** Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

CASTILHO, D. **A dinâmica socioespacial de Ceres e Rialma-GO no âmbito da modernização de Goiás:** território em movimento, paisagens em transição. Dissertação de Mestrado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás). Goiânia: UFG, 2007.

DAYRELL, E. G. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás:** análise de uma política de colonização. Dissertação de Mestrado (Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1974.

FAISSOL, S. O. **Mato Grosso de Goiás.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Conselho Nacional de Geografia, 1952.

FRANÇA, M. de S. **Terra, Trabalho e História:** a Expansão Agrícola no “Mato Grosso” de Goiás – 1930/1955. Tese de Doutorado (mimeografado). São Paulo: USP, 1985. Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012 139 Artigo SAYÃO, L. Meu pai Bernardo Sayão. 5. ed. Gráfica do Senado Federal, 1994.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano / organização e tradução Tomaz Tadeu – 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009. – (Mimo)

LATOUR, Bruno. Redes, sociedades, esferas: reflexões de um teórico ator-rede. Informática na Educação: teoria e prática, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2013.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos.** São Carlos: Rima Editora, 2000.

RIBEIRO, Helena. Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 370-376, Apr. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102008000200026&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000200026&lng=en&nrm=iso)>. access on 01 June 2017. Epub Feb 29, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008005000009>.

SÁNCHEZ, L.E. Conceitos e Definições. In: **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos.** 1 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. cap. 01. p. 17-42.

SAYÃO, L. **Meu pai Bernardo Sayão.** 5. ed. Gráfica do Senado Federal, 1994.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Anuário Estatístico de Goiás – 2007.** Goiânia: SEPLAN, 2007.

The part played by the introduction of sugarcane monoculture in the social, environmental, cultural and economic aspects - Ceres' Micro region

#### RESUMO (OU ABSTRACT)

The present essay's goal is to follow the nets built by sugarcane's introduction, analysing the consequent social, environmental, cultural and economic transformations in Ceres' micro region. Ceres was

O papel da introdução da monocultura da cana em face dos aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos - Microrregião de Ceres  
Marina Teodoro; Maria Gonçalves da Silva Barbalho

founded as the National Agricultural Colony of Goiás (CANG), envisioning agrarian reform through land distribution, which would make agricultural borders expansion, man's fixation in the country and the production of food. Initially, it had considerable success, with great agricultural production and exportation. The lack of planning and financing made everything come to a halt, however, for there's no way to ensure the production continuity, which caused the substitution of familiar agriculture for vast land properties, that changed the whole economic dynamic of the city and its region. From that point, we intend to understand the economic, social, cultural and environmental transformation process that took place in Ceres and region, since implementing CANG until the introduction of sugarcane's monoculture. To do so, we'll use exploratory qualitative research, consisting in bibliographic search, background analysis, involving local media, such as newspapers, magazines and reports. Lastly, information about social, geographic and economic development will be obtained in the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). These factors are looked upon as an intricate net where all of them connect to one another in an interdependence situation. That way, it's expected to understand fully the part played by these aspects in the net, and with that, minimize the subjectivity of the concept of "impact" in Ceres and region.

**PalavrasChave (ou Keywords):** CANG; sugarcane monoculture; Ceres;